



SOB OS AUSPÍCIOS DO IMPÉRIO: ASPECTOS DA LEGITIMAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

Simone Silveira Amorim¹
Manoela Barbosa Pinto²
Gleidson Santos da Silva³

GT 12 – História da Educação

RESUMO

Este artigo objetiva compreender de que forma Sergipe se inseriu nas tomadas de decisões e ações ocorridas no âmbito educacional no Brasil do século XIX, especialmente quanto às tensões educacionais. Tomou-se como base a contribuição teórico-metodológica da História Cultural e as discussões de Elias (1994, 2001) e Amorim (2014), utilizadas para ajudar a compreender como se configurou a profissão docente, além de verificar como se constituiu a organização profissional pensada para o projeto de constituição de nação para o Brasil. Utilizando como fontes documentos manuscritos como ofícios, cartas e projetos de leis identificados no acervo da Biblioteca Nacional, notou-se que havia uma crescente preocupação por parte do Governo com a preparação do profissional da educação, lançando um olhar mais atento para a figura dos professores, seus modos de atuação e condições de trabalho do professor de primeiras letras durante o período estudado.

Palavras-chave: Professores primários. Instrução pública. História da Educação. Província de Sergipe.

ABSTRACT

This article aims to understand how Sergipe was inserted in the decisions and actions taken by the Government in the education field in Brazil in the 19th century, especially regarding the educational tensions. Based on the theoretical-methodological contribution of the Cultural History and the discussions of Elias (1994, 2001) and Amorim (2014), which were used to help to understand how the teaching profession was configured in this period, as well as to verify how the professional organization created for the nation-building project for Brazil was conceived. As sources were used handwritten documents like crafts, letters and draft laws from the National Library collection, it was observed that there was a growing concern on the part of the Government regarding the preparation of the education professional, taking a closer look at the figure of the teachers, their operational ways and the working conditions of the teacher of first letters during the studied period.

Keywords: Primary teachers. Public education. History of Education. Province of Sergipe.

¹Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação/UNIT. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2012) e Mestre em Educação (2006) pela mesma instituição. Associada à Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Líder da Linha 2 do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas. Integrante do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais/CNPq da Universidade Tiradentes e do Núcleo de Estudos de Cultura da UFS/NECUFS. É pós-graduada em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, também pela Universidade Federal de Sergipe (2008). E-mail: <amorim_simone@hotmail.com>.

²Graduanda em Letras/Inglês pela Universidade Tiradentes. Aluna bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Integrante do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas (linha 2). E-mail: <manoelabpinto@gmail.com>.

³Graduado em História pela Universidade Tiradentes (2015). Mestrando em Educação (CAPES/FAPITEC-UNIT) pela Universidade Tiradentes/Unit. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas (linha 2). E-mail: <gleidson.edu@live.com>.



INTRODUÇÃO

Este texto apresenta alguns resultados do projeto de Iniciação Científica (IC) que se insere nos objetivos de projeto aprovado pelo CNPQ/2014 intitulado **Os professores primários em Sergipe: em busca da profissionalização (1826-1889)** que propõe a catalogação e transcrição de ofícios como meios de comunicação oficial entre professores primários e poder público, além das provas de concursos que evidenciem como se deu a configuração e a legitimação do trabalho docente, identificando os saberes necessários à prática docente. Pretende-se, assim, perceber quem eram esses professores, traçar um perfil deles, descobrir se tinham consciência dos seus deveres e direitos, e de que forma eles os cumpriam e exerciam, além de compreender a relação entre o ensino primário, professores públicos, sociedade e Estado.

Quanto a este artigo, o objetivo é compreender de que maneira Sergipe se inseriu nas tomadas de decisões e ações ocorridas, no âmbito educacional, no Brasil do século XIX, bem como de que forma elas interferiam no trabalho docente, especialmente quanto às tensões educacionais, pois entende-se, aqui, tensões como

o movimento de ação e reação dos sujeitos envolvidos no processo educacional diante de situações postas diante deles e que os impelem a reagir tomando atitudes que são uma reação direta, mas nem sempre explícita, ao ato que a causou. São elas que contribuem para a delimitação de fronteiras entre o que é aceitável, ou não, e que definem seus comportamentos no âmbito profissional (AMORIM, 2014, p. 5).

Ainda, as informações aqui apresentadas respaldam-se em elementos históricos que têm como foco as alterações que ocorreram no contexto educacional sergipano quando das perspectivas de mudanças na relação que se estabeleceria a partir da paulatina hegemonia da escola. Esse processo contribuiu para a delimitação no campo de atuação das Casas e do Estado. Os estudos de Vasconcelos (2003) a respeito do Governo da Casa e do Estado se baseiam nessa premissa, ou seja, a partir do momento em que este inicia o processo de tomada de responsabilidade tanto da instrução quanto da educação. Segunda a autora, a Casa, até então, assumia a responsabilidade por ambas, não intencionando permitir que essa função fosse total ou parcialmente transferida para a escola emergente, sob os auspícios do Estado, contribuindo para a existência de tensões entre o Estado e a Casa, no campo educacional.

É nesse contexto que podemos perceber “[...] o papel da escola como instância de poder, como dispositivo normalizador do agrupamento familiar.” (CUNHA, 2000, p. 450).



Assim, a escola, paulatinamente, foi incorporando saberes científicos em oposição aos saberes tradicionais da Casa, desqualificando a família quanto à educação do corpo e do espírito.

Para atingir o objetivo proposto neste trabalho, tomou-se como base a contribuição teórico-metodológica da História Cultural, as discussões de Elias (1994, 2001), e Amorim (2014) que são utilizadas para ajudar a compreender como se configurou e se institucionalizou a profissão docente em Sergipe, além de verificar de que forma se constituiu a organização profissional pensada para o projeto de constituição de nação para o Brasil, dentro de um processo civilizador.

Estando este texto inserido na matriz historiográfica da História Cultural, é significativo mencionar a sua importância quanto aos estudos sobre a História da Educação no Brasil a partir do momento em que é possível incorporar e redefinir problemas, temas, assim como objetos de estudos que anteriormente estavam relegados ao ostracismo. Sobre a História Cultural, Burke (2005) valoriza os aspectos culturais no que diz respeito a estudos que têm como base o comportamento humano, compreendido como centro privilegiado do conhecimento histórico. Dessa maneira, esquemas teóricos generalizantes foram abandonados, havendo uma valorização de grupos particulares, como dos professores primários do século XIX.

Para tanto, busca-se analisar as configurações da educação na sociedade imperial a partir da noção de que indivíduos são representados como sistemas singulares, mas que estão ligados das maneiras mais diversas possíveis, de acordo com seu papel social.

Na maior parte das vezes, as figurações que os indivíduos formam em sua convivência mudam bem mais lentamente do que os indivíduos que lhes dão forma, de maneira que homens mais jovens podem ocupar a mesma posição abandonada por outros mais velhos. Assim em poucas palavras, figurações iguais ou semelhantes podem muitas vezes ser formadas por diferentes indivíduos ao longo de bastante tempo; e isso faz com que tais figurações pareçam ter um tipo de 'existência' fora dos indivíduos. [...] aqui e agora, os indivíduos singulares que formam uma figuração social específica entre si podem de fato desaparecer, dando lugar a outros, entretanto, seja como for essa substituição, a sociedade, e com isso a própria figuração, será sempre formada por indivíduos. (ELIAS, 2001, p. 50-51).

Portanto, a configuração pode ser representada pelos indivíduos que se encontram interligados, ao passo que as suas ações e seus papéis na trama organizacional não desaparecem mesmo quando eles deixam de ocupar determinada posição na sociedade, em um sistema específico (ELIAS, 2001).

No âmbito do projeto de IC, foram feitas transcrições de ofícios, cartas e projetos de leis, datados entre 1853 e 1914, identificados no acervo da Biblioteca Nacional, os quais se referem à conduta e aos deveres dos docentes, assim como ao processo de criação de cadeiras



e a influência que a infraestrutura das províncias tinha sobre esse aspecto. Observou-se a necessidade de uma visão macro do progresso da educação no país, por este motivo foram digitalizados os documentos da Biblioteca Nacional (BN), visto que eles fazem parte de um contexto maior para se compreender os processos educacionais em que as províncias brasileiras estavam envolvidas e, conseqüentemente, a província sergipana. Quanto às fontes, é significativo salientar que

[...] os documentos são as evidências que podemos utilizar para fazer História, os quais resultam de escolhas feitas no que diz respeito ao que acreditamos fazer parte de um certo contexto. Eles podem ser escritos, mas também podem se constituir de objetos, desenhos, fotografias etc. Enfim, tudo que pode nos dar indícios do passado e ser utilizado como fonte histórica, diz respeito ao homem e que, mesmo sem palavras, expressa o que foi produzido por ele. (AMORIM, 2013, p. 18).

Assim, esta pesquisa é documental, pois busca, através das informações identificadas nos documentos, pistas que proporcionem indícios de como se configurou a instrução na Província de Sergipe. Levou-se em consideração o contexto histórico, tendo em vista a compreensão das ações realizadas a partir do Governo Imperial e fim de compreender de que forma e as decisões interferiam no trabalho dos professores primários, a partir das fontes consultadas. Quanto à natureza dos dados, constitui-se como de cunho qualitativo, pois busca-se compreender a configuração da instrução pública primária em Sergipe.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p. 32).

Os procedimentos metodológicos caracterizam a pesquisa como sendo básica, quanto à sua natureza, pois possibilitam a construção de conhecimentos novos e que são verificáveis, mas não tendo a preocupação de que haja aplicação prática deles. Quanto ao seu objetivo, caracteriza-se como descritiva, pois exige por parte do pesquisador uma série de informações a respeito do objeto de pesquisa, a fim de descrever fatos e fenômenos dentro de determinada realidade. (SILVEIRA; CORDOVA, 2009).

**“AUGUSTOS E DIGNÍSSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO”:
repensando a instrução primária no Brasil e na Província de Sergipe**



Tendo-se como tema a instrução pública primária durante o Império Brasileiro (1822-1889), é significativo mencionar que este se configura como um tema recorrente na História da Educação. Muitos são os aspectos pesquisados como a formação dos professores, o currículo, os métodos pedagógicos, a materialidade escolar, as legislações que apresentavam as diretrizes a serem seguidas, dentre outros. Tais aspectos são considerados relevantes por possibilitarem compreender a instrução no Império Brasileiro e, por consequência, na Província de Sergipe, assim como as ações realizadas a fim de organizar a instrução nas províncias.

Observam-se, por parte do poder público, tentativas de melhorar a qualidade do ensino ministrado, inclusive assumindo a responsabilidade de imprimir os compêndios para as aulas de instrução primária tendo como objetivo 'servirem de estudo' às crianças pobres. Essa afirmação comprova o fato de que essas aulas tinham como público-alvo a população pobre da província sergipana. (AMORIM, 2013, p. 54).

Toma-se por base o processo de estatização do ensino com a instituição de uma regulamentação jurídica que tinha a incumbência de nortear os diversos procedimentos a serem realizados. Assim, os textos aqui transcritos estão interligados com o que é apresentado nas Propostas da Instrução Primária de 1866, que é um conjunto de recomendações que procuram estabelecer os deveres, obrigações e punições para a escola e professores, abordando os requisitos que os cidadãos devem ter para ocupar o cargo de Magistério, o valor do seus salários e gratificações, assim como os fatores que poderiam interferir na expulsão ou afastamento dos docentes, além de determinar a quem cabia tais decisões, pontuando de forma detalhada processos que envolviam abertura de novas escolas, compra de materiais, matriz curricular, contratação de professores substitutos e a realização de concursos públicos.

Todas essas funções interdependentes, [...], são funções que uma pessoa exerce as outras, um indivíduo para outro indivíduo. Mas cada uma dessas funções está relacionada com terceiros; depende das funções deles tanto quanto estes dependem dela. Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, [...], precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. (ELIAS, 1994, p. 23).

Dessa maneira, é possível visualizar que a profissão de professor primário no século XIX não se configurou de maneira indissociada, pois pensava-se a instrução pública em um contexto maior, mas determinando o papel de cada um nessa cadeia de funções distintas, mas que, em algum momento, integravam-se.



É significativo ressaltar que foi promulgada a Lei de 15 de outubro de 1827 que objetivava contribuir com o processo civilizatório da população ao incutir novos padrões culturais na formação de uma identidade nacional. Possuindo 17 artigos, essa Lei constitui-se como a primeira lei da instrução pública do Brasil Independente. Previu o direito à instrução para indivíduos⁴ nos lugares com maior densidade demográfica, tornando-se responsável por estabelecer as bases para a organização da instrução nas províncias. Essa Lei também pretendia incutir novos padrões culturais na formação de uma identidade nacional, pois

[...] demonstrou a preocupação que as autoridades brasileiras tinham quanto à remodelação do modelo educacional que vigorava até então, tendo como meta incutir novos padrões e culturais que dessem ao povo brasileiro uma nova identidade. Assim, era preciso educar e instruir essa jovem nação e a Lei de Instrução de 15 de outubro de 1827 foi um dos instrumentos utilizados para alcançar tal objetivo. (AMORIM, 2013, p. 42).

A partir daquele momento notou-se que a profissão docente passou a ser algo em processo de regularização. Tendo o Estado assumido a responsabilidade pela organização da instrução, tornou-se obrigado a prover suporte legal para o exercício dessa profissão por meio de Leis, Resoluções e Regulamentos, além do apoio material com o provimento de objetos escolares e pagamento de aluguel das casas onde as aulas eram ministradas; bem como intelectual, com a criação e manutenção de Escolas Normais.

Portanto, tendo em vista a dita preocupação do Governo Imperial com os rumos que a educação tomaria no Brasil, foi escrito um documento sob o título “Augustos e Dignísimos Senhores Representantes da Nação”, direcionado a “Todos os que sentem hum vivo desejo e interesse pela prosperidade do [danificado] de lamentar o grande atraso ou antes desleixo em [danificado] desde longo tempo, se bem conversado entre nós [danificado] a Educação Primária.” (BRASIL. Biblioteca Nacional, sd). Ressaltou-se também os “clamores contra a imoralidade, contra a falta de educação do Povo” (BRASIL. Biblioteca Nacional, sd).

A partir dos fragmentos do texto é possível identificar as tensões no campo educacional na medida em que se observou que havia falhas na organização do ensino e na execução da Lei orgânica de 15 de Outubro de 1827, havendo a necessidade de Lei regulamentar que preenchesse as lacunas deixadas por ela. Reputava-se à educação a solução para os problemas sociais, sendo que, na medida em que quando não é dada a devida

⁴ “O estatuto de ‘escolar’ se encontra definido quando observamos os impedidos de matrícula: escravos, doentes contagiosos e não-vacinados. O primeiro caso, trata-se de uma medida que colabora para a manutenção do regime de trabalho escravo, impedindo que os submetidos a esta condição tivessem acesso a qualquer outro tipo de saber. Nos dois últimos, trata-se de uma política à qual a escola se vê associada, de prevenir e evitar a propagação de doenças, sobretudo em que se supunha contato direto e continuado em pequenos aglomerados. Portanto, a escola é convertida em lugar para livres e sãos, daí as exclusões previstas.” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 53-54).



importância aos resultados que ela pode trazer a uma nação, identifica-se a falha na execução de um dos principais deveres assumidos pelo poder imperial. Assim, cabia

[...] oferecer-vos, mas a pouca esperanças de se poder levar a effeito nas difficeis conjuncturas, em que nos achamos, foi parte para que se limitasse ao que julgou ser absolutamente indispensavel para supprir as mais instantes precisões do Ensino, e a este fim refundindo o diminuto numero de Disposições daquella Lei organisa em diversas outras, que carecem de legal sancção, formou com as regulamentares, que tem com ellas interna connexão, hum systema, quando lhe foi possivel complexo, explicito, e ligado entre si, sem entrar nas minuciosas de falhas da ordem do Ensino, e das regras de peculiar economia das Escolas, que o Governo se reservou e muitas das quais ficão ainda dependendo do sucesso da presente Proposta. (BRASIL. Biblioteca Nacional, sd).

Tomando-se por base o início do processo de estatização do ensino com a instituição de uma regulamentação jurídica a qual norteava os procedimentos de seleção e designação dos docentes que passaram a ser parte do funcionalismo do Estado, pode-se afirmar que o ingresso à profissão dependia obrigatoriamente de um documento escrito, concedido pelo Estado mediante exame ou concurso público. Os candidatos deveriam “[...] preencher pré-requisitos: habilitações literárias, idade determinada, bom comportamento moral e bons antecedentes, com folha passada pela autoridade policial ou clerical.” (OLIVEIRA, 2002, p. 106). Assim, somente poderiam exercer o magistério os que estivessem em gozo dos seus direitos civis e políticos, com mais de 21 anos, que tivessem boa conduta e moralidade, bem como aptidão e os conhecimentos necessários para ensinar. Da mesma maneira, de acordo o artigo 20º da proposta, seriam excluídos os que

[...] 1º Os que padecerem moléstias contagiosas, ou outras quaisquer, que os inabilitem, ou (?) de desempenhar, como convem, os seus deveres. 2º Os que por duas vezes tiverem sido demittidos por Sentença. 3º Os que tiverem sido condenados por crimes, e a penas infamantes, ou por tentativas de semelhantes crimes. 4º Os que forem tidos por immoraes, (?), e desacreditados na opinião Publica (BRASIL. Biblioteca Nacional, 1866).

Portanto, desta forma, os docentes passariam a ser funcionários do Estado com a responsabilidade de reproduzir a ordem social dominante e, ao mesmo tempo, personificar a possibilidade de mobilidade social das diferentes camadas da população.

Outro fator importante para o crescimento e regularização da profissão docente foi o desenvolvimento da infraestrutura pública nas províncias, já que era a partir dessas melhorias que surgiam as possibilidades de construções de novas escolas e, conseqüentemente, a criação de mais cadeiras para professores. Tais preocupações tornaram-se evidentes diante de relatórios e cartas enviados por João Dahney d’Avellar Brotero (1857-1859), contendo informações acerca do estado de diversos ramos de serviço público, tais



quais o estado sanitário da Província de Sergipe, incluindo epidemias, número de hospitais, estabelecimentos de caridade e recursos; as condições do ensino primário e secundário, com declaração sobre o número escolas públicas e particulares, assim como a quantidade de alunos que as frequentavam; o andamento das obras públicas que estão sendo realizadas na Província e das outras que recebiam auxílio do Tesouro Nacional; a situação das principais pontes e estradas da Província, destacando aquelas que necessitam de reparos e especificando quais benefícios elas iriam trazer para a população; o estado da navegação fluvial, assim como o número de canais e rios navegáveis, pontuando aqueles que se necessitava explorar ou ampliar; e, por fim, as condições das indústrias de mineração, agricultura e fabricação, além da criação de animais (BIBLIOTECA NACIONAL, 1857, 1858).

Assim, além das condições precárias de saúde na Província de Sergipe, com surtos de doenças não identificadas na época, pode-se destacar, nestes relatórios, a situação das instruções primária e secundária que, segundo o relator, estavam muito longe do desejado devido à má formação de professores,

[...] Devo só (?) em cumprimento do Aviso que respondo que a instrução publica vai longe e muito longe do que devia ser. As causas que (?) para o seu atraso, são; 1º defficiencia de meios (?) para pagar bons saberes á bons Professores; 2º defficiencia de pessoal habilitado com as noções e habito próprio do Professorado. (BRASIL. Biblioteca Nacional, 1858).

Para sanar tal deficiência, o relator sugeriu que o Governo Geral criasse escolas, se não em todas as Províncias, pelo menos nas principais, para a formação de professores, criando assim uma padronização de ensino. Desta maneira, fortalece-se a discussões acerca da necessidade de uma formação específica para os professores, que não se ativesse apenas à moral e aos bons costumes, na qual ele pudesse ter noção do seu papel diante da sociedade e soubesse aplicar uma didática em sala de aula.

O relator também demonstrou preocupação quanto ao que é ensinado na Província de Sergipe. Seria o papel da escola apenas alfabetizar seus alunos ou também poderia prover um conhecimento de mundo, prepará-los para a sociedade? São questionamentos como esses que são levantados por ele em seu relatório,

Se por instrução publica se entende o conhecimento material dos alfabetos, e das milhares de combinações de suas letras, e dos objetos que estas combinações representam, (?) a instrução publica da Província. Mas se além disto se exige o conhecimento das relações destes objetos entre si, como aplicação especial dos deveres para com Deus e a patria, (?) a humanidade, isto é o resumo dos preceitos do (?), então (?), que passa inutilmente sobre as gerações, como as aguas da (?) sobre o (?) das florestas. Não temos edifícios e estabelecimentos próprios para instrução da população. (BRASIL. Biblioteca Nacional, 1858).



Além disso, há uma apreensão quanto à falta de estrutura física e de material de ensino, ou seja, não havia locais adequados para a prática docente e nem ferramentas didáticas, isso tudo aliado à deficiência na formação de professores. Tais reclamações já tinham sido apresentadas em ofícios enviados em Julho 1856 a Agosto de 1857 pelo Inspetor Geral das Aulas, Guilherme José Mascarenhas, ao Governo da Província de Sergipe, onde ele relatou,

[...] as aulas que tenho inspeccionado, se achão em estado bem pouco lisonjeiro quanto ao lado material, e que em algumas nem mobília tem exceptuando a aula publica da instrução primaria [...] e quanto ao ensino alem das inabilidades de alguns professores acresce a falta do methodo proveniente da de objetos para o ensino, bom como livros [ilegível] e que se achão ellas em desharmonia, e grande irregularidades [...]. (BRASIL. Biblioteca Nacional, 1856).

Vê-se, então, que tais reclamações são antigas e sobre as quais o Governo da Província de Sergipe não tomou qualquer providência. Tal questão é salientada por Mascarenhas (BIBLIOTECA NACIONAL, 1856, 1857) que, além de sugerir o desenvolvimento de um novo método de ensino que viesse a suprir tais necessidade e deficiências, ainda questionou o até então governante da Província, João Dahney d'Avellar Brotero, sobre a existência de uma verba voltada para a educação e a ausência de resposta do Governo.

Outro aspecto significativo encontrado nesses documentos da Biblioteca Nacional (1867) foi a necessidade do Governo em copiar ou se inspirar em modelos educacionais de outros países, como Argentina, por exemplo,

Comissões: - Mandar o (?) á Republica Argentina: - que escreva um relatorio sem fazer vergonha a esta nossa gente com o exemplo dos nossos vizinhos. Abilis, á França.
Macedo, á Hollanda e Alemanha.
(?), aos Estados Unidos. (BRASIL. Biblioteca Nacional, 1867).

Neste excerto, nota-se que houve a necessidade de criação de comissões com o intuito de observar o sistema educacional dessas nações citadas e a partir daí criar pareceres que seriam enviados ao governo brasileiro. Tal intento foi reforçado diante da citação, neste mesmo documento, da proposta de ensino do Ministério Português,

[...] A respeito da proposta de lei de ensino publico, diz o ministro no seu relatorio - que são principios estabelecidos, e convenientemente sancionados: - o estabelecimento de instrucção primaria em dous grãos; - a instrucção elementar obrigatoria; - a instrucção primaria gartuita, como a estabeleceu a lei fundamental do estado [...] A instrucção para os professores, sem a qual não ha escola, é emdadosamente organizada pela generalisação das escolas normaes para ambos os sexos.



O desenvolvimento do sexo feminino é igualmente atendido com especial cuidado. Instruir e educar a mulher é instruir e educar a família. (BRASIL. Biblioteca Nacional, 1867).

No documento apontado foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino elementar e a gratuidade do ensino primário, além de destacar a importância da formação docente e a necessidade da instrução feminina, fatores discutidos tanto nas Propostas sobre a Instrução Primária, volumes um e dois, como nos relatórios enviados por João Dabney d’Avelar Brotero, presidente da Província de Sergipe, ao Governo, já citados neste artigo. Em vista disso, percebe-se uma falta de iniciativa e autonomia das províncias em criar uma organização educacional baseada em suas realidade e necessidades, procurando não somente padronizar o ensino em um país com dimensões continentais, mas também buscar soluções de problemas característicos do país em outras nações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da leitura e transcrição destes documentos, notou-se uma crescente preocupação por parte do Governo com a preparação do profissional da educação, lançando um olhar mais atento para a figura do professor, seus modos de atuação e condições de trabalho, permitindo, assim, visualizar a progressão destas questões no campo educacional brasileiro e sergipano, ao longo da História.

No entanto, ao olhar para a organização educacional do Brasil Império de forma micro, ou seja, voltado para uma Província, neste caso, Sergipe, nota-se que a falta de estrutura, recursos e, por muitas vezes, descaso do próprio Governo em atender as demandas da Província, faziam com que as vagas em escolas localizadas em regiões distantes permanecessem desocupadas. Aliado a isto está o descaso com a figura do professor, que além de não encontrar as condições de trabalho ideais, também não era instruído para enfrentar a demanda de trabalho e não recebia remuneração adequada, o que pode ter ocasionado falta de interesse em exercer a profissão.

Pode-se afirmar que nenhuma das soluções oferecidas pelo Governo Geral ou Provincial, seja copiando modelos de ensino de outros países ou promovendo a padronização da formação docente através de escolas localizadas nas Províncias centrais, ofereceu uma saída para determinados problemas específicos encontrados em Sergipe. Como um professor formado em uma área urbana e populosa, que recebe constantemente recursos do Governo



Geral, pode aplicar os mesmos fundamentos em uma zona rural, sem recurso, saúde pública e salário adequado? Esses são questionamentos levantados diante das deliberações governamentais.

Verificou-se, a partir das fontes aqui apresentadas, que a configuração da profissão docente de professor primário inseriu-se em um processo organizacional eivado de tensões a partir do momento em que se verificava que as ações do poder público não surtiam seus efeitos e que era preciso muito mais do que criar mecanismos legais, mas prover as cidades com estrutura adequada à vida em sociedade, além de preparar o professor para exercer o seu trabalho.

Assim sendo, embora a Província de Sergipe esteja teoricamente inserida nas Leis e debates acerca da regulamentação da profissão docente e no progresso educacional da nação, na realidade, tornou-se difícil pôr em prática tais questões devido as diferentes necessidades de cada província, havendo o descaso do Governo Geral e Provincial com essas demandas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do Trabalho Docente: a Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1826-1889)**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

AMORIM, Simone Silveira. **Os professores primários em Sergipe: em busca da profissionalização (1826-1889)**. Aracaju, 2014. (Projeto de pesquisa apresentado ao CNPQ).

BRASIL. **Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação**. Biblioteca Nacional, sd

BRASIL. **Proposta Sobre a Instrução Primaria**. Biblioteca Nacional, 1866.

BRASIL. **Cumprindo a ordem que V. Ex^a expedio-me em 19 de Outubro do anno corrente**. Biblioteca Nacional, 1857.

BRASIL. **Cumprindo o Aviso de 23 de Setembro proximo passado**. Biblioteca Nacional, 1858.

BRASIL. **Portugal - Eis aqui a proposta ministerio portugues en feve^o de 1867**. Biblioteca Nacional, 1867.

BRASIL. **Comissões**. Biblioteca Nacional, 1867.

BRASIL. **Copia – Officio numero quarenta e oito**. Biblioteca Nacional, 1856.



BRASIL. **Copia – Officio numero desesis.** Biblioteca Nacional, 1856.

BRASIL. **Copia – Officio numero duzentos e quarenta e nove.** Biblioteca Nacional, 1857.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CATANI, Denice Bárbara. **Práticas de formação e ofício docente.** In: BUENO, Belmira Oliveira; CATANI, Denice Bárbara; SOUZA, Cynthia Pereira de (Orgs). **A vida e ofício dos professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração.** Escrituras: São Paulo, 2003. p. 21-30.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GONDRA, José Gonçalves; SHUELER, Alessandra. Educação. **Poder e Sociedade no Império Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: **Cadernos ANPED.** Belo Horizonte (5), 1993. p. 7-64.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. Considerações sobre as figuras dos professores régios de línguas clássicas e modernas: notas para o estudo das origens da profissão docente no Brasil (1759-1809). **Revista do Mestrado em Educação.** v. 4, jan./jun., São Cristóvão: UFS/NPGED, 2002. p. 106-121.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiane Angel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

TEXEIRA, Rosiley Aparecida. **Os Concursos Públicos de Professores Primários na Instrução Pública Paulista (1892 – 1933).** Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a educação doméstica como prática das elites no Brasil de oitocentos.** 2004. 336f. Tese (doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <
https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4624@1>
Acesso em: 25 nov. 2017.